002

02

2202

Sinaes
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

CADERNO
2202

enade 2025
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Novembro | 25

DIREITO
BACHARELADO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se, além deste Caderno, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA**, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha, da questão discursiva e das questões de percepção da prova.
2. Confira se este Caderno contém a questão discursiva e as objetivas de múltipla escolha, de Formação Geral e do Componente Específico da área, e as relativas à sua percepção da prova. As questões estão assim distribuídas:

Partes	Tipo	Número das questões
Formação Geral	Objetivas	01 a 15
Componente Específico	Discursiva	***
	Objetivas	16 a 45
Questionário de Percepção da Prova	***	01 a 09

3. Verifique se a prova está completa, se o seu nome está correto no **CARTÃO-RESPOSTA** e se a **área de avaliação** e o **número do caderno de prova** correspondem ao do **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, avise imediatamente ao Chefe de Sala.
4. Assine o **CARTÃO-RESPOSTA** no local apropriado, com caneta esferográfica **de tinta preta, fabricada em material transparente**.
5. Responda a questão discursiva em, no máximo, 30 linhas. Qualquer texto que ultrapasse o espaço destinado à resposta será desconsiderado.
6. A prova terá duração de **quatro horas**. Lembre-se de reservar um período para transcrição das respostas para o **CARTÃO-RESPOSTA**.
7. Ao terminar a prova, acene para o Chefe de Sala e aguarde-o em sua carteira. Ele então irá proceder à sua identificação, recolher o seu material de prova e coletar a sua assinatura na Lista de Presença.
8. Atenção! Você deverá permanecer na sala de aplicação por, no mínimo, **duas horas** a partir do início da prova.
9. Você só poderá levar o **rascunho do CARTÃO-RESPOSTA** (espaço para anotação das questões) quando faltarem **30 minutos** para o término da prova. Nele só poderão constar as marcações das questões objetivas.
10. O **CARTÃO-RESPOSTA** e o **caderno de prova** deverão ser entregues ao Chefe de Sala ao término da prova.

MISTO
Papel | Apoiando o manejo florestal responsável
FSC® C189794
www.fsc.org

INEP
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

* R 2 2 0 2 2 0 2 5 1 *

QUESTÃO 01

Um levantamento realizado em 2024 mostrou ligação entre o uso excessivo de redes sociais e o estado de saúde mental dos brasileiros. A pesquisa revelou que 65% dos entrevistados enfrentam dificuldades emocionais em algum grau. O uso intensivo de plataformas de redes sociais está associado a 45% dos casos de ansiedade em jovens de 15 a 29 anos de idade. Jovens que passam mais de três horas por dia em plataformas digitais têm um risco 30% maior de apresentar quadros de depressão, em comparação com aqueles que fazem um uso mais moderado. Cerca de 40% dos entrevistados relataram que sua autoestima é profundamente afetada pelo número de curtidas e comentários que recebem em suas postagens. Essa dependência de validação externa é mais pronunciada entre jovens que estão em fase de formação de identidade e são mais suscetíveis a julgamentos.

Disponível em: https://veja.abril.com.br/saude/excesso-de-redes-sociais-esta-associado-a-45%-dos-casos-de-ansiedade-em-jovens. Acesso em: 25 jun. 2025 (adaptado).

Considerando as informações do texto, assinale a opção que apresenta uma medida eficaz para prevenir os impactos negativos das redes sociais na saúde mental dos jovens, de forma a mitigar a causa de problemas como depressão e necessidade de validação externa.

A Implementar, nas escolas, programas sobre a necessidade de uso moderado de redes sociais, a fim de reduzir os riscos psicológicos da dependência digital entre jovens em geral.

B Propor lei que obrigue as plataformas de redes sociais a permitirem a visualização de curtidas e comentários apenas em postagens temporárias, que se apagam automaticamente em 24 horas.

C Realizar campanhas governamentais de comunicação na televisão sobre a importância de jovens com quadro de depressão ou ansiedade causado por problemas familiares procurarem apoio psicológico.

D Aumentar o financiamento das organizações de saúde que oferecem suporte psicológico a jovens que apresentam quadros de depressão por uso excessivo de redes sociais, com vistas à reestruturação física dessas instituições.

QUESTÃO 02

O número crescente de negociações exitosas para a repatriação de bens culturais no mundo mostra que se trata de uma ideia propícia ao nosso tempo, afirmou o diplomata Marco Antônio Nakata, diretor do Instituto Guimarães Rosa, órgão do Ministério das Relações Exteriores voltado para a diplomacia cultural. As negociações de restituição se dão de maneiras variadas e nem sempre partem dos governos; por vezes, comunidades locais pedem a restituição de objetos sagrados ou, no caso de fósseis, a comunidade científica nacional se mobiliza. Há, ainda, casos de museus e universidades que, por iniciativa própria, fazem a devolução.

Disponível em: https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2023/07/23/. Acesso em: 17 jul. 2025 (adaptado).

Considerando o texto apresentado, que faz referência a um movimento mundial que defende a reterritorialização de objetos históricos, culturais e paleontológicos retirados dos seus países de origem durante a colonização ou ilegalmente comercializados nas últimas décadas, assinale a opção que apresenta um caso de reterritorialização ocorrido nos últimos anos.

A Exposição temporária de máscaras africanas que compõem o acervo do Museu de Cais de Branly, na França.

B Retorno ao Brasil do Manto Tupinambá, que ficou exposto por mais de 300 anos no Museu Nacional da Dinamarca.

C Aquisição, por colecionadores particulares, de artefatos maias que foram negociados em leilão internacional nos Estados Unidos.

D Digitalização de cerâmicas pelo Museu de Etnologia em Lisboa, que possui a maior coleção de peças indígenas brasileiras da Europa.

QUESTÃO 03

Na adolescência, quase todo gesto pode significar muito. A série **Adolescência**, da Netflix, mostrou que, apesar de *emojis* representarem emoções, objetos ou ideias quase sempre inofensivos, eles vêm sendo utilizados como uma forma de comunicação codificada entre adolescentes em plataformas digitais, sobretudo aquelas associadas a ideologias misóginas. Os *emojis* são comuns no universo de grupos como os *incels*, que são jovens que se autodenominam "celibatários involuntários". O termo *incel* está associado a uma subcultura on-line marcada por discursos de ódio e ressentimento contra mulheres. A imagem a seguir apresenta alguns *emojis* usados pelos adolescentes dessa subcultura.



O *emoji* Pílula Vermelha ou "*red pill*" representa o conceito originário do filme **Matrix** que simboliza a crença de que o indivíduo "despertou" para uma suposta verdade sobre as relações de gênero, adotando uma visão misógina que considera os homens como vítimas do feminismo e das mulheres.



O *emoji* Dinamite representa a "explosão" da pílula vermelha e está associado a indivíduos que se identificam como *incels*, pessoas que culpam as mulheres por sua falta de sucesso em relacionamentos e expressam ressentimento, misoginia e hostilidade em relação a elas.



O *emoji* 100 faz alusão à chamada "regra 80/20", uma crença que sugere que 80% das mulheres estão interessadas em apenas 20% dos homens considerados mais atraentes ou de alto "*status* social". Essa crença é usada para justificar sentimentos de rejeição e inferioridade entre os membros de grupos *incels*.

Disponível em: https://gq.globo.com/cultura/. Acesso em: 9 jun. 2025 (adaptado).

Considerando o texto e as imagens apresentadas, assinale a opção correta, em relação ao papel dos símbolos na comunicação e na expressão no âmbito das comunidades digitais.

A A forma como *emojis* são empregados para legitimar opressões de gênero e de sexualidade demonstra que a linguagem digital é literal, o que torna o ambiente digital um reflexo das intenções dos usuários.

B O emprego de *emojis,* como Pílula Vermelha ou Dinamite, dentro de grupos misóginos, evidencia que a linguagem visual é ambígua e que seu teor ideológico é construído a partir do modo como os símbolos são interpretados.

C A incorporação de *emojis* à linguagem revela o caráter dinâmico desta, o que permite a atribuição de novos sentidos a símbolos, de modo que a interpretação de mensagens digitais requer conhecimento das comunidades em que são usadas.

D O uso de *emojis* demonstra a adaptabilidade da linguagem a novas formas de expressão, embora mantenha os significados originalmente associados a esses recursos, o que facilita sua compreensão por usuários fora da comunidade *incel*.

QUESTÃO 04

TEXTO 1

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou 35 anos em 2025, estabelece o seguinte:

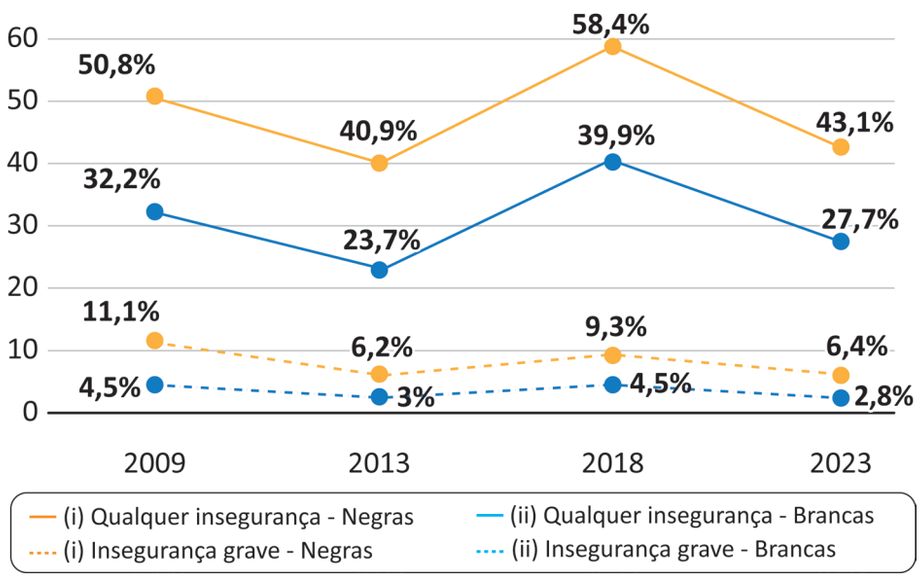
Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente.

TEXTO 2

Crianças e adolescentes em insegurança alimentar por cor/raça



UNICEF. **Pobreza multidimensional na infância e adolescência no Brasil, 2017-2025**. Brasília: Unicef, 2025, p. 40. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/. Acesso em: 20 maio 2025 (adaptado).

Considerando-se as informações dos Textos 1 e 2, os quais abordam, respectivamente, o ECA e dados de insegurança alimentar entre crianças e adolescentes no Brasil, é correto afirmar que

A as desigualdades de acesso à alimentação adequada, embora tenham diminuído entre 2009 e 2023, ainda impedem a plena efetivação da Lei no País, a qual está vigente há mais de trinta anos.

B os dados referentes aos anos de 2009 e 2023 revelam uma redução constante dos casos mais graves de insegurança alimentar, e isso sugere que os objetivos do ECA serão alcançados nos próximos anos.

C as disparidades raciais no que se refere à insegurança alimentar grave de crianças e adolescentes reduziram-se entre 2018 e 2023, o que revela que os direitos a que se refere o ECA estão sendo plenamente assegurados.

D os números revelam a diminuição, entre 2009 e 2023, das diferenças raciais em termos de insegurança alimentar, sendo tal redução estipulada no ECA como a meta mais importante para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

QUESTÃO 05

A diáspora científica é composta por pesquisadores com mestrado, doutorado ou pós-doutorado que deixam o país e não retornam. Uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) analisou a diáspora científica brasileira a partir de uma amostra de 1 200 pessoas em vários países. Ao todo, 67% disseram estar no exterior trabalhando, 31% estavam estudando e 2% não estavam nem estudando, nem trabalhando. Apenas 12% estavam desempregados quando saíram do Brasil. Entre aqueles que querem retornar ao país, muitos não o fazem por falta de oportunidade. A ideia de repatriação é relevante para aqueles que querem retornar, mas ela não é compreendida como uma opção única para todos os casos. A migração não é considerada uma perda permanente para o País se o membro da diáspora continuar contribuindo para a realização de pesquisas nacionais. Podem ser estabelecidas estratégias de engajamento com os membros da diáspora, que vão além de seu retorno físico ao país de origem.

Disponível em: https://theconversation.com/. Acesso em: 2 jun. 2025 (adaptado).

Considerando o texto, assinale a opção que apresenta uma estratégia adequada para motivar pesquisadores que migraram do Brasil para o exterior a continuarem colaborando para o desenvolvimento da ciência, da inovação e da tecnologia do país.

A Implementar um sistema de mentoria por meio do qual os membros da diáspora preparem estudantes brasileiros para trabalharem em instituições de pesquisa no exterior.

B Promover iniciativas de reconexão dos membros da diáspora com as atividades científicas no Brasil, com vistas ao seu retorno ao País ou à sua cooperação com instituições de pesquisa nacionais.

C Criar um programa governamental que busque reduzir o desemprego de profissionais com mestrado, doutorado ou pós-doutorado no Brasil, principal causa da migração dessas pessoas para outros países.

D Desestimular o deslocamento de novos pesquisadores por meio de leis que incentivem a permanência em seu local de formação, de modo a contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Área livre

R22022025 - 22_Direito.indb 5 09/10/2025 10:48:20

QUESTÃO 06

TEXTO 1

A escala de trabalho é um elemento fundamental na organização das atividades laborais e corresponde ao período em que o trabalhador está à disposição da empresa. Ela determina as horas de trabalho, os dias da semana e os turnos de trabalho. No Brasil, são utilizados diversos tipos de escala, que variam conforme a natureza da função e as necessidades operacionais da empresa. No entanto, todas devem respeitar os limites impostos pela legislação vigente, que indica uma jornada de trabalho máxima de 44 horas semanais e de 220 horas mensais, exceto em casos previstos em convenções coletivas ou acordos de trabalho. É importante ressaltar que a escolha do modelo de escala influencia diretamente a produtividade e o bem-estar das pessoas. Exemplo disso são as críticas crescentes que a escala de trabalho 6x1 (correspondente a 6 dias de trabalho e 1 dia de folga, por semana) tem recebido, pelos efeitos que ela promove sobre a saúde, a produtividade e a vida pessoal dos trabalhadores.

ECODEBATE. **Escala de trabalho 6x1 é desumana e ineficiente**. Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/. Acesso em: 3 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

Dá nova redação ao inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil.

[...]

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n. 8 de 2025**. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/. Acesso em: 4 set. 2025.

Esta Emenda à Constituição é um passo importante na construção de um mercado de trabalho mais justo, sustentável e adaptável às rápidas mudanças do século XXI, assegurando que o progresso econômico do Brasil seja alcançado de maneira inclusiva e equitativa, respeitando as necessidades e o bem-estar de sua força de trabalho.

A partir do exposto nos Textos 1 e 2, assinale a opção correta, quanto ao impacto de diferentes escalas de trabalho na vida do trabalhador.

A A escala 4x3, em comparação com as escalas 6x1 e 5x2, possibilita que o trabalhador tenha mais dias de descanso, o que pode aumentar sua motivação e produtividade.

B A escala 6x1, em comparação com as escalas 5x2 e 4x3, gera naturalmente trabalhadores mais produtivos, pois possibilita que as pessoas trabalhem mais dias por semana.

C A escala 6x1, em comparação com as escalas 5x2 e 4x3, garante uma menor rotatividade de trabalhadores nas empresas, o que permite maior segurança e estabilidade de emprego.

D A escala 5x2, em comparação com as escalas 6x1 e 4x3, é mais utilizada nas empresas do País, oferecendo ao trabalhador dias fixos de descanso aos finais de semana, por determinação legal.

R22022025 - 22_Direito.indb 6 09/10/2025 10:48:20

QUESTÃO 07

No povo Xakriabá, existem diferentes perfis de conhecedores da tradição. As mulheres são responsáveis pelas roças. Os homens trabalham, mas apenas durante a derrubada. A partir da plantação, toda a responsabilidade é da mulher: plantio, colheita, preparo, cozimento e produção dos alimentos. As mulheres também são responsáveis pela transmissão do conhecimento à família, atuando como guardiãs da biodiversidade e promovendo a circulação de sementes no território, mantendo uma rede de trocas. Os momentos de colheita reúnem as famílias em torno da contação de histórias, interação que contribui para a preservação da língua. O artesanato também é, na maioria das vezes, produzido pelas mulheres, que repassam as técnicas às suas filhas. O período de estudo do barro representa um período em que não existia a presença da instituição escola, mas já havia a educação indígena, transmitida pelo entoar da palavra. As pinturas corporais, que também fazem parte dessa cultura, ao marcarem a identidade no contato entre o corpo e o espírito, foram, por muito tempo, reproduzidas em cerâmicas depositadas na terra. A cerâmica foi, portanto, um elemento muito importante, porque serviu mais tarde como um mostruário das pinturas corporais.

XAKRIABÁ, C. Amansar o giz. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, jul. 2020 (adaptado).

Com base no texto e considerando a relação do povo Xakriabá com o seu território, assinale a opção que apresenta um método ativo de conservação do meio ambiente.

A Registro, em cerâmicas, de técnicas ancestrais de manejo e conservação da terra.
B Retirada de barro para a produção de artesanato que afirme a identidade indígena.
C Contação de histórias no período da colheita, com o intuito de preservar a língua.
D Plantio rotativo em pequenas áreas, facilitado pela biodiversidade das sementes.

QUESTÃO 08

A implantação do teletrabalho no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) representa um marco significativo na modernização das atividades judiciais e administrativas, alinhando-se às demandas contemporâneas de eficiência, flexibilidade e sustentabilidade ambiental. Essa modalidade de trabalho trouxe oportunidades relevantes, como a redução de custos operacionais, a descentralização das atividades e o aprimoramento da qualidade de vida dos servidores. Além disso, impulsionou a transformação digital da instituição, fortalecendo o uso de ferramentas tecnológicas e promovendo maior celeridade processual.

MACHADO, M.; SANTOS, M. Teletrabalho: desafios, oportunidades e impactos na dinâmica do trabalho contemporâneo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,** São Paulo, v. 11, n. 1, jan. 2025 (adaptado).

Considerando as informações do texto, assinale a opção que apresenta uma estratégia que viabilizaria a consolidação do teletrabalho como prática eficiente e sustentável na administração pública.

A Investir continuamente em infraestrutura tecnológica, capacitação dos servidores e suporte técnico, bem como fortalecer as políticas de gestão de pessoas.
B Permitir que os servidores estabeleçam a própria rotina de trabalho, definindo unilateralmente suas metas, seus prazos e os melhores canais de comunicação.
C Realizar reuniões virtuais diárias com toda a equipe, logo após o fim do expediente, com vistas ao acompanhamento e ao monitoramento das atividades realizadas no dia.
D Reforçar os mecanismos de controle do ponto eletrônico com o objetivo de mensurar a efetividade e a produtividade do servidor, além do seu engajamento com as políticas da instituição.

QUESTÃO 09

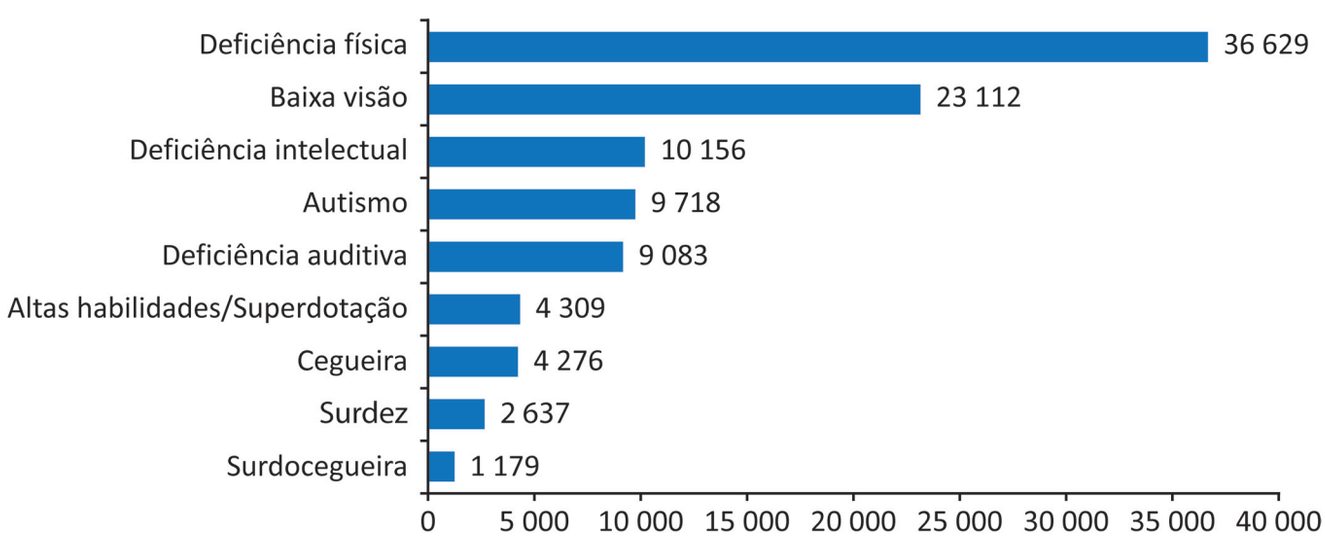
TEXTO 1

Os dados referentes ao censo da educação superior de 2023 retratam o aumento do número de alunos com deficiência matriculados no ensino superior, que apresentou um crescimento de 17% em relação aos dados de 2022, superior à taxa de crescimento do total de alunos matriculados no território brasileiro, equivalente a 5,6% no mesmo período. Embora esse crescimento seja expressivo, em termos de representatividade, a presença de alunos com deficiência é de apenas 0,93% do número do total de matrículas, que em 2023 foi de quase 10 milhões de alunos. Nesse mesmo ano, foram registrados 92 756 alunos com deficiência matriculados no ensino superior. O censo também revelou que 12 651 alunos com deficiência concluíram seus cursos.

Disponível em: https://diariopcd.com.br/2024/11/03/cresce-numero-de-alunos-com-deficiencia-no-ensino-superior/. Acesso em: 15 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

Total de matrículas de graduação conforme o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados – Brasil – 2023



BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023** [recurso eletrônico]. Disponível em: https://portal.inep.gov.br. Acesso em: 15 jun. 2025 (adaptado).

Acerca da matrícula de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil, conclui-se, a partir dos Textos 1 e 2, que

A a diversidade de deficiências é adequadamente contemplada nas políticas de ingresso, haja vista a preponderância de deficiências físicas e de baixa visão entre os matriculados no ensino superior.

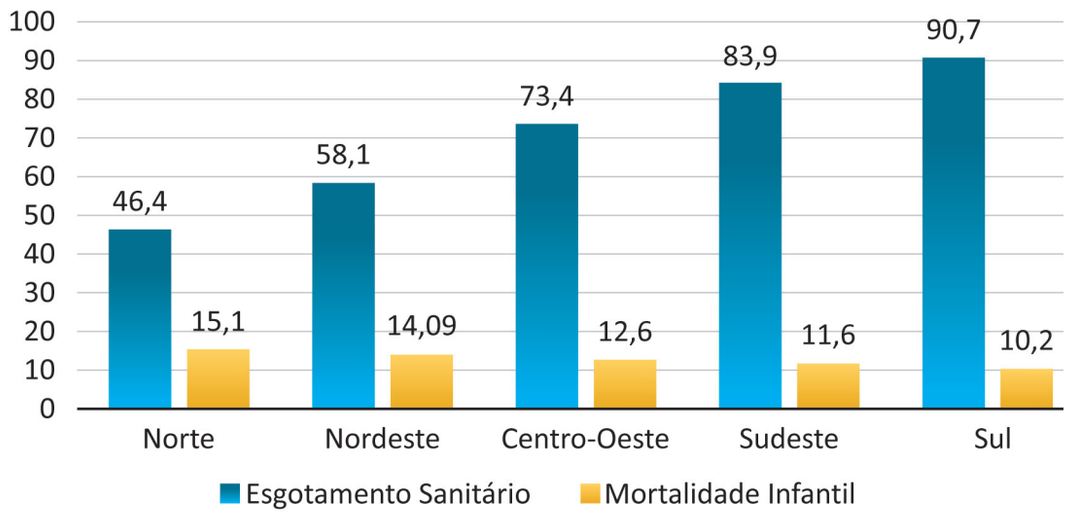
B as barreiras de acesso dessas pessoas ao ensino superior estão superadas, haja vista o aumento percentual de matrículas e os diversos tipos de deficiência declarados pelos alunos matriculados.

C a inclusão dessas pessoas no ensino superior ainda enfrenta desafios, haja vista a disparidade entre o aumento percentual das matrículas de alunos com deficiência e sua baixa representatividade no total de matrículas.

D as políticas de permanência e êxito são eficazes e o baixo percentual de representatividade de alunos com deficiência é um dado inicial que pouco interfere em seu sucesso acadêmico, haja vista o total de pessoas que concluem o curso.

QUESTÃO 10

Domicílios com esgotamento sanitário e taxa de mortalidade infantil por regiões – Brasil – 2022 (%)



IBGE. Dados de Esgotamento Sanitário. **Censo 2022**. Dados de Mortalidade Infantil, Ministério da Saúde/SVS. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2022 (adaptado).

A melhora da saúde pública, mediante ações preventivas, ainda é um desafio, principalmente em relação ao saneamento, pois a eficiência, a qualidade e a universalidade desse serviço público são fundamentais para a qualidade de vida da população. O saneamento básico é um dos serviços de infraestrutura cuja ausência ou precariedade causa diversos problemas econômicos, ambientais, sociais e de saúde, com significativas perdas materiais e humanas. O saneamento é um serviço vinculado à saúde pública e demanda grandes investimentos, sendo a universalização um dos objetivos a serem alcançados pelo governo.

Disponível em: https://bnb.gov.br/revista/. Acesso em: 12 de jun. 2025 (adaptado).

Os dados de esgotamento sanitário e de mortalidade infantil apresentados evidenciam

A diferenças expressivas entre as regiões do Brasil, sendo o Nordeste a região com as piores condições de saneamento e taxas mais elevadas de mortalidade infantil.

B predomínio de domicílios sem esgotamento sanitário na região Norte, o que sugere uma relação entre esse índice e a elevada taxa de mortalidade infantil da região.

C inexistência de relação entre saneamento básico e mortalidade infantil na região Sul, pois ela apresenta a maior porcentagem de domicílios com esgotamento sanitário no País.

D necessidade de investimentos em saneamento básico na região Sudeste, que apresenta o maior contingente populacional e, consequentemente, os piores indicadores de mortalidade infantil.

Área livre

R22022025 - 22_Direito.indb 9 09/10/2025 10:48:21

QUESTÃO 11

TEXTO 1

Em 15 de novembro de 1989, foram realizadas eleições diretas para a presidência, depois de quase três décadas. Em 1990, o sistema eletrônico de voto começou a ser testado em alguns municípios brasileiros. Em 1996, substituiu as cédulas de papel em 37 cidades — capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores — e, em 1998, foi utilizado pela primeira vez em eleições nacionais, em quatro estados e no Distrito Federal, até ser definitivamente adotado em todo o País no ano 2000.

IZIQUE, C. O voto que realmente vale: sistema eleitoral brasileiro hoje é modelo de eficiência e democracia. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, v. 200, p. 114-117, out. 2012 (adaptado).

TEXTO 2

Os números das eleições brasileiras em 2022 são impressionantes. Participaram das eleições 156 454 011 eleitores, dos quais 52,65% foram mulheres; além disso, do total de 1,8 milhão de mesários, 857 000 foram voluntários. Foram utilizadas 577 125 urnas eletrônicas em 496 856 seções eleitorais, em 5 570 municípios, com 181 localidades no exterior. Registraram-se 29 262 candidaturas e foram movimentados mais de 10 bilhões de reais em campanhas. Em um ambiente de evidente complexidade, o processo eleitoral brasileiro enfrentou um desafio de *performance*, precisando combinar velocidade, transparência, precisão e segurança. Os resultados da contagem de votos, cerca de 800 milhões, foram divulgados em questão de horas.

RUBIO, R.; MONTEIRO, V. de A. Desinformação nas eleições brasileiras de 2022: a atuação do Tribunal Superior Eleitoral em um contexto de conflito informativo. Dossiê 1. **Cad. CRH**, n. 37, p. 2, 2024 (adaptado).

A partir do exposto nos Textos 1 e 2, é correto afirmar que, nas últimas décadas, o uso de urnas eletrônicas no sistema eleitoral brasileiro

A possibilitou a recontagem instantânea de votos e promoveu a paridade de gênero entre os eleitores.

B garantiu a todos os grupos sociais e políticos a representação igualitária na política municipal, estadual e nacional.

C tornou as eleições brasileiras uma das mais ágeis do mundo e permitiu a redução do número de fraudes eleitorais.

D dificultou a participação de eleitores mais pobres, o que aumentou a quantidade de abstenções e votos nulos ou em branco.

QUESTÃO 12

TEXTO 1

Com inspiração em línguas africanas, como o iorubá, a linguagem pajubá (ou bajubá) significa “mistério” ou “segredo”. Criada entre as décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura no Brasil, ela nasceu como forma de comunicação e resistência da comunidade LGBT, na atualidade LGBTQIAPN+. O primeiro documento oficial do pajubá, no entanto, foi lançado no Brasil apenas em 1992, com **O diálogo de bonecas**, organizado por Jovanna Baby, idealizadora da Associação de Travestis e Liberados (Astral), que lutou pela garantia de direitos humanos para travestis no final dos anos 1990.

Disponível em: https://quatrocincoum.com.br/trechos/trechos/um-romance-na- linguagem-secreta-da-comunidade-travesti/. Acesso em: 18 maio 2025 (adaptado).

TEXTO 2

O dia da prova, isso. Bicha, que que foi aquilo? A homarada nervosa, tudo de ojum na mona cáisme. Fui esplêndida, também. Não era ainda assim passável, catavam que eu era trava, uma travinha início de carreira querendo fazer prova. Apenas. Acha que deixaram?

MOIRA, A. **Neca**: romance em bajubá. São Paulo: Companhia das Letras, 2024 (adaptado).

Considerando-se o exposto nos Textos 1 e 2 e a dinâmica dos dialetos empregados na comunidade LGBTQIAPN+, é correto afirmar que o uso do pajubá

A fortalece a literatura LGBTQIAPN+, que visa à delimitação de uma comunidade de leitores formada por um público segmentado.

B reafirma elementos identitários da população LGBTQIAPN+ e favorece a diversidade linguística, contribuindo para a representação social desse grupo.

C colabora para a construção de uma língua restrita à comunidade LGBTQIAPN+, cujo objetivo principal é a formulação de expressões idiossincráticas.

D promove o isolamento da população LGBTQIAPN+, por ser necessário que os leitores das obras dessa comunidade conheçam os termos empregados nelas.

QUESTÃO 13

No início de 2025, a Universidade de Harvard foi impactada com o congelamento de US$ 2,3 bilhões (R$ 12,8 bilhões) em recursos, após a recusa da direção da universidade em aceitar exigências do governo dos Estados Unidos. As demandas incluíam monitorar atividades consideradas antissemitas, acabar com programas de diversidade, igualdade e inclusão e instaurar uma disciplina mais rigorosa entre os estudantes.

Um estudante entrevistado por nossa equipe chegou ao país em 2023, no penúltimo ano do governo Biden, para fazer doutorado em uma universidade do centro-oeste americano, e viu, na prática, como a recepção de pesquisadores estrangeiros e as políticas de incentivo à pesquisa e de financiamento das universidades mudaram com o início do novo governo. “Estamos num ambiente cheio de incertezas. Queria saber se terei salário no próximo ano, ou se serei deportado”, afirma ele.

Todas as fontes ouvidas por nossa equipe dizem que a mudança mais visível está relacionada aos cortes em orçamentos e no financiamento de bolsas ou projetos de pesquisa a partir de janeiro de 2025. Só para os Institutos Nacionais de Saúde, que estão entre os maiores centros de referência em pesquisa biomédica do mundo, há uma proposta de reduzir o orçamento em 40% a partir de 2026.

BIERNATH, A. **BBC News Brasil**, 6 maio de 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/. Acesso em: 31 maio 2025 (adaptado).

A partir dessas informações, assinale a opção que apresenta uma das prováveis consequências da política de cortes no financiamento de pesquisas para as instituições universitárias dos Estados Unidos.

A Ampliação do prestígio acadêmico do ensino superior.

B Elevação da produção científica dos centros de tecnologia.

C Diminuição do custo dos serviços de educação para os estudantes.

D Redução da heterogeneidade sociocultural do corpo docente e discente.

R22022025 - 22_Direito.indb 11 09/10/2025 10:48:21

QUESTÃO 14

TEXTO 1

Um vídeo que desmentia a relação entre diabetes e vermes rendeu um processo judicial às cientistas do canal “Nunca Vi 1 Cientista”, do YouTube. O processo foi movido por um nutricionista e influenciador que pretendia vender um “protocolo de desparasitação”, o qual supostamente combateria a diabetes. A justiça de São Paulo condenou as cientistas a pagarem ao influenciador uma indenização por danos morais, mas, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a decisão. A explicação provida pelas cientistas sobre o tema é correta. O órgão que tem relação direta com a diabetes é o pâncreas, que produz a insulina — e não é atacado por vermes. Portanto, a associação entre a diabetes e os vermes é falsa. As cientistas afirmam que o combate à desinformação se torna muito desafiador porque, muitas vezes, esses conteúdos trazem soluções imediatas para as pessoas, enquanto a informação correta nem sempre traz uma saída fácil.

Disponível em: https://g1.globo.com/ciencia/noticia/.
Acesso em: 10 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

Um estudo da Academia Brasileira de Ciências aponta que a desinformação científica é sustentada por um ecossistema lucrativo que inclui a monetização de conteúdo enganoso e a exploração das crenças e emoções do público para ganho financeiro. Há duas formas de entender esse sistema lucrativo. A primeira está no próprio produtor da desinformação, que usa a estrutura das plataformas digitais para lucrar e vender seus serviços, produtos, crenças ou capital social. A segunda diz respeito à forma como essas plataformas geram lucro a partir da visibilidade da desinformação. Há uma economia da atenção na qual a desinformação é um material altamente lucrativo para as próprias plataformas.

Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/.
Acesso em: 10 jun. 2025 (adaptado).

Considerando o exposto, assinale a opção que apresenta uma análise correta do paradoxo da ciência como ferramenta para o discernimento e, simultaneamente, como vítima da economia da atenção.

A A incapacidade das instituições científicas de compreenderem a dinâmica das redes sociais resulta em uma comunicação ineficaz, que não consegue competir com narrativas simplistas e repletas de emoção, promovidas por influenciadores em busca de lucro.

B A dificuldade intrínseca da ciência em se adaptar à velocidade da propagação da desinformação se deve ao fato de que o método científico exige tempo e rigor, enquanto as soluções rápidas são favorecidas pela ansiedade e impaciência do público das redes sociais.

C O ecossistema lucrativo da desinformação explora a lacuna entre a complexidade da pesquisa científica e a demanda por respostas simples e rápidas, transformando a desinformação em um produto de consumo que subverte um dos propósitos da ciência, que é a produção de conhecimento.

D O desenvolvimento precário do pensamento crítico e o letramento científico inexistente da população, decorrente de uma falha estrutural na educação básica e superior, tornam as pessoas mais suscetíveis a acreditarem em narrativas pseudocientíficas que oferecem atalhos para problemas complexos de saúde.

* R 2 2 0 2 2 0 2 5 1 3 *

QUESTÃO 15



Disponível em: https://ipeafro.org.br/2023/03/. Acesso em: 16 maio 2025.

A obra **Bandeira brasileira com Xangô Sobre**, de Abdias Nascimento (1914-2011), integra o acervo do Museu de Arte Negra, que se localiza no Instituto Inhotim, em Minas Gerais, e consiste em um dos maiores espaços artísticos a céu aberto do mundo, além de ser uma importante referência para a arte contemporânea no Brasil. Na obra em questão, Abdias promove uma releitura da bandeira nacional, com o icônico Okê de Xangô, machado que representa a justiça, o equilíbrio e a dualidade. O Museu de Arte Negra surgiu como iniciativa do próprio Abdias em 1950, e desde 2020 seu acervo é exibido no Instituto Inhotim.

A obra apresentada e a existência do Museu de Arte Negra atendem a demandas sociais atuais no Brasil, cujo propósito é

A valorizar a herança africana com a criação de lugares de memória.

B reforçar o legado escravocrata com a utilização de símbolos de conciliação.

C resgatar a unidade nacional com a divulgação de mensagens de patriotismo.

D exaltar o passado colonial com a exposição de imagens da luta abolicionista.

R22022025 - 22_Direito.indb 13 09/10/2025 10:48:21

QUESTÃO DISCURSIVA

Durante uma visita da Comissão de Direitos Humanos a determinada penitenciária estadual, constatou-se a ocorrência de uma situação de abuso sexual que envolveu dois detentos do presídio, em que um deles obrigou o outro, mediante ameaça de morte, a realizar ato libidinoso. Foi verificado, ainda, que o agente penitenciário responsável pela ronda nessa ocasião observou os fatos a distância, porém não tomou quaisquer providências para impedir o referido ato, apesar do dever legal de cuidado, proteção e vigilância, e seguiu normalmente com seu turno de trabalho.

Considerando essa situação, faça o que se pede nos itens a seguir.

a) Discorra sobre a possibilidade de responsabilização do Estado pelo dano causado ao detento, indicando a teoria da responsabilidade civil pertinente e, em caso de condenação, aponte o instrumento jurídico a ser utilizado pela Procuradoria do Estado para o ressarcimento ao erário. (valor: 6,0 pontos)

b) Indique, de forma fundamentada, o crime pelo qual o agente penitenciário em questão deve ser responsabilizado. (valor: 4,0 pontos)

Área livre

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

2201_DISCURSIVA_DIREITO_REGULAR.indd 15 09/10/2025 11:48:54

QUESTÃO 16

Existe no Brasil uma diversidade de religiões de matriz africana, as quais mantêm vivos seus valores, suas culturas e suas crenças. A Constituição Federal de 1988, no inciso VI do artigo 5º, assegura a todos o direito de professar suas crenças, sendo garantido o livre exercício dos cultos religiosos. Nesse contexto, assegura-se a liberdade para que sejam escritas e difundidas as publicações relacionadas a essas manifestações religiosas, observando-se os demais direitos inerentes a elas, como os referentes aos dias de descanso e aos dias de celebração de suas cerimônias religiosas e festividades.

Considerando o disposto no texto e o que se refere ao ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

A A celebração de cultos em religiões de matriz africana depende de autorização do Estado, devendo o funcionamento dessas religiões ser regulamentado por legislação específica.

B A liberdade de crença pressupõe a tolerância religiosa, o que inclui o direito à celebração de festividades e cultos coletivos e a inviolabilidade dos locais de culto das religiões de matriz africana.

C O sistema constitucional brasileiro assegura o direito de se professar a fé individualmente, sendo o culto coletivo uma prerrogativa restrita a religiões com estatuto jurídico reconhecido nacionalmente.

D O sistema constitucional vigente no Brasil assegura a proteção à liberdade de crença e de culto às religiões professadas no território nacional, atribuindo à assembleia legislativa estadual a competência sobre matéria relativa à concessão de imunidade tributária às instituições religiosas.

QUESTÃO 17

Joana e seu companheiro Pedro residiram juntos por mais de 12 anos em um imóvel urbano localizado na periferia da cidade. Durante esse período, construíram uma casa de alvenaria, instalaram água e energia elétrica, pagaram tributos e realizaram diversas melhorias no imóvel, cuja área total não ultrapassa 250 m^2. O imóvel foi adquirido por Pedro durante a união estável e está registrado exclusivamente em seu nome. Há pouco mais de dois anos, Pedro abandonou o lar e, desde então, Joana permanece no local com seus filhos menores, arcando sozinha com as despesas da residência. Nenhum dos dois possui outro imóvel registrado em seu nome.

Considerando-se as modalidades de usucapião previstas no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que se aplica a essa situação a modalidade de usucapião

A especial urbana, que exige posse ininterrupta, pacífica e com ânimo de dono, por período mínimo de dez anos, em imóvel urbano utilizado para moradia própria.

B extraordinária, pois Joana exerce posse contínua por mais de dez anos em imóvel urbano utilizado para moradia própria, porém o reconhecimento depende de prévia partilha do bem.

C ordinária, pois há indícios de justo título e boa-fé, porém, como Joana e Pedro eram companheiros, é necessário aguardar a dissolução formal da união estável para que Joana possa requerer a propriedade do imóvel.

D familiar, pois, após o abandono do lar por um dos companheiros, o outro permaneceu na posse exclusiva do imóvel por mais de dois anos, utilizando-o como residência própria e de sua família, sem possuir outro bem imóvel.

Área livre

R22022025 - 22_Direito.indb 16 09/10/2025 10:48:21

QUESTÃO 18

Os direitos da natureza surgem como um novo paradigma ético-jurídico baseado na cosmovisão ancestral indígena que reconhece tal interdependência entre todos os seres, humanos e não humanos. O Equador foi o primeiro país a inserir tais direitos em sua Constituição, em 2008, seguido da Bolívia, em 2010. Bonito, em Pernambuco, foi o primeiro município a fazê-lo, e Florianópolis, em 2019, foi a primeira capital. Os direitos intrínsecos de dois rios brasileiros também foram reconhecidos: Rio Laje, em Rondônia (Rio Komin emem), e o Rio Mosquito, em Minas Gerais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu os direitos da natureza por meio do julgamento de Recurso Especial 1.797.175/SP, ocasião em que reconheceu a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana, além de atribuir dignidade e direitos aos animais não humanos e à natureza.

Considerando a percepção exposta no texto, a possibilidade de reconhecer entes da natureza como sujeitos de direito representa uma

A ruptura com a tradição antropocêntrica do direito moderno, influenciada por sistemas jurídicos plurais que incluem cosmovisões indígenas e constituições ecológicas.

B inovação do direito estatal positivado dos sistemas jurídicos ocidentais, que rompe com o princípio da legalidade ao atribuir personalidade jurídica a entes não humanos.

C construção teórica de difícil compatibilização com os princípios do pluralismo jurídico, uma vez que este pressupõe a primazia do Estado como produtor de normas válidas.

D iniciativa que depende da positivação legal para produzir efeitos, pois a natureza não pode exercer deveres e, portanto, não pode ser titular de direitos, sendo necessário que a lei os explicite, caso os conceda.

QUESTÃO 19

As reivindicações dos povos indígenas pelo respeito à sua cultura e pela preservação desta vêm sendo ampliadas no Brasil nos últimos anos. A Constituição Federal de 1988 (CF) avançou muito com relação a essa temática, assegurando aos povos indígenas a manutenção de suas terras, o direito à saúde e à educação, o respeito à utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, além da proteção às suas manifestações culturais e religiosas.

Tendo em vista o exposto e o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

A Os povos indígenas, no sistema jurídico brasileiro, possuem autonomia limitada para decidir sobre a gestão de seus territórios, recursos e culturas, sendo necessário criar uma legislação própria que regulamente essa gestão, por se tratar de povos originários.

B O regime de propriedade privada, previsto no Código Civil brasileiro, admite somente a posse individual de parcela das terras indígenas, não sendo possível aplicar o princípio da função social da terra, uma vez que elas são usufruídas pelo Estado em benefício da sociedade brasileira.

C A afirmação dos direitos e das culturas dos povos indígenas, na ordem jurídica nacional, é matéria que diz respeito à União, cabendo privativamente à justiça federal a competência para o processamento e o julgamento dos conflitos relacionados à violação dos direitos desses povos.

D Os povos indígenas, por fazerem parte da população brasileira, devem ter suas tradições submetidas à legislação nacional, especialmente no que diz respeito à aplicação das leis civis e penais, pois a CF não admite tratamento diferenciado para integrantes da população nacional.

R22022025 - 22_Direito.indb 17 09/10/2025 10:48:21

QUESTÃO 20

Uma mulher enviou diversas mensagens, em um aplicativo de conversas, ao seu avô, de 68 anos de idade, objetivando enganá-lo. Nas conversas trocadas com o idoso, ela se passava por uma funcionária do banco em que ele possuía conta para receber sua aposentadoria. As mensagens continham informações sobre débitos e empréstimos que a vítima tinha em aberto, bem como informações estritamente pessoais do idoso, o que conferia credibilidade ao seu conteúdo. Em uma das mensagens enviadas por ela, exigia-se que o idoso realizasse, com urgência, o pagamento de quantias mediante a leitura de vários códigos de barras, sob o argumento de que se tratava do pagamento das dívidas em atraso que recairiam sobre seu patrimônio caso não fossem pagas. Os códigos de barra, na verdade, eram referentes a compras realizadas pela mulher em diversos sítios eletrônicos, mas o idoso não sabia disso. Desesperado, ele a procurou para pedir auxílio, pois ela era a responsável, habitualmente, por lidar com suas finanças.

A partir do ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que, nessa situação, foi praticado contra o idoso o crime de

A furto mediante fraude, permitindo-se a aplicação da escusa absolutória, visto que não houve violência ou grave ameaça.

B estelionato eletrônico, não sendo aplicável a escusa absolutória, por óbice etário previsto expressamente na legislação penal brasileira.

C estelionato eletrônico, sendo cabível a escusa absolutória, dado o grau de parentesco entre a autora do fato e a vítima, o que evita a aplicação de uma sanção penal.

D apropriação indébita previdenciária, e, mesmo que a autora devolva à vítima o valor subtraído, isso não fará jus à escusa absolutória, que impede a aplicação da pena prevista para o crime.

QUESTÃO 21

Uma mulher e sua filha estavam tirando fotos em um parque de diversões quando foram abordadas por um homem desconhecido, que passou a ofendê-las por acreditar que elas não haviam respeitado a fila de ingresso em um dos brinquedos. As ofensas faziam referência à cor preta de suas peles, a características de seus cabelos e a outros traços fenotípicos.

Com base nas alterações normativas introduzidas no Código Penal e na Lei n. 7.716/1989, que disciplina os crimes de preconceito, é correto afirmar que a conduta do referido homem configura crime

A de injúria racial, infração penal imprescritível, processada por meio de ação penal pública incondicionada à representação.

B de injúria racial, infração penal prescritível, processada por meio de ação penal pública incondicionada à representação.

C contra a honra qualificado pelo teor racista, infração penal imprescritível, processada por meio de ação penal pública incondicionada à representação.

D contra a honra qualificado pelo teor racista, infração penal prescritível, processada por meio de ação penal pública condicionada à representação.

Área livre

QUESTÃO 22

A Constituição Federal de 1988 (CF) estabelece uma diversidade de espécies normativas, com processos legislativos específicos, a depender da natureza da matéria. Nesse contexto, após a elaboração de um projeto orçamentário, o Poder Executivo de um estado-membro da Federação o encaminhou para votação na respectiva assembleia legislativa.

No que se refere às espécies normativas previstas na CF, é correto afirmar que esse projeto deve ser aprovado via

A lei complementar, obedecendo-se ao quórum de maioria absoluta para aprovação.

B lei ordinária, visto que a matéria é relativa ao orçamento, obedecendo-se ao quórum de maioria simples para aprovação.

C decreto, dada a urgência e relevância da matéria, tendo a assembleia legislativa do estado-membro competência para editar esse tipo de norma.

D resolução do Poder Legislativo, uma vez que questões relativas ao orçamento dispensam sanção do governador do estado-membro, em razão de sua urgência e necessidade de aplicação imediata.

QUESTÃO 23

Determinada família possui um patrimônio considerável, composto por imóveis, quotas de empresas e aplicações financeiras. Preocupados com a sucessão e com os custos tributários decorrentes da transmissão patrimonial futura, os membros da família procuraram uma advogada tributarista. Diante da situação, a advogada propôs a constituição de uma *holding* familiar para concentrar os bens e organizar a sucessão por meio de doação com reserva de usufruto e cláusulas restritivas (inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade). Todavia, a família quis entender os possíveis efeitos tributários decorrentes dessa operação, a fim de verificar se o planejamento seria realmente vantajoso.

A partir desse caso, tendo em vista os aspectos legais e estratégicos pertinentes à constituição de *holding* familiar e o que se refere à incidência do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) no âmbito do direito tributário, assinale a opção correta.

A A doação de quotas de *holding* familiar com reserva de usufruto dos bens imóveis obsta a incidência do ITCMD, visto que, nesse caso, inexiste transferência plena da propriedade.

B O fato de se constituir *holding* familiar impede a cobrança de ITCMD, pois os bens passam a integrar a pessoa jurídica, deixando de ser transmitidos diretamente aos herdeiros.

C A alíquota é definida por legislação estadual, podendo incidir no momento da doação da nua-propriedade das quotas, ainda que com reserva de usufruto.

D A morte do instituidor de *holding* familiar gera a incidência de ITCMD, ainda que os bens permaneçam em nome da pessoa jurídica.

Área livre

R22022025 - 22_Direito.indb 19 09/10/2025 10:48:21

QUESTÃO 24

Determinada executiva que trabalhava em uma multinacional possuía remuneração mensal superior a R$ 16 314,82, valor este que corresponde ao dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Ao firmar seu contrato de trabalho, ela anuiu a uma cláusula compromissória que previa que eventuais conflitos decorrentes da relação empregatícia seriam resolvidos por arbitragem, conforme a Lei n. 9.307/1996 (Lei de Arbitragem), com redação dada pela Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). Após a rescisão contratual, contudo, surgiu uma controvérsia quanto ao pagamento de verbas rescisórias e bônus por produtividade. A multinacional pretende instaurar procedimento arbitral, mas a empregada questiona a validade da cláusula arbitral, alegando violação aos princípios protetivos do direito do trabalho.

Considerando o ordenamento jurídico brasileiro e os princípios aplicáveis à arbitragem e à tutela trabalhista, assinale a opção correta.

A A cláusula compromissória de arbitragem é inválida nos contratos de trabalho, mesmo com anuência expressa do empregado, por se tratar de matéria de ordem pública.

B A arbitragem é permitida em relações de trabalho que envolvam direitos disponíveis, sendo válida a cláusula compromissória se houver manifestação expressa e voluntária do empregado.

C A arbitragem é admissível em relações de trabalho, desde que envolva empregado com diploma de nível superior e salário superior a duas vezes o teto do INSS, independentemente do conteúdo da controvérsia.

D A utilização da arbitragem nas relações de trabalho é válida apenas após o surgimento do conflito, vedando-se cláusulas compromissórias no contrato de trabalho, mesmo quando firmadas por trabalhadores hipersuficientes.

QUESTÃO 25

Uma sociedade empresarial de comércio eletrônico foi alvo de uma ação civil pública proposta por uma entidade de defesa do consumidor, após o vazamento de dados pessoais sensíveis de milhares de clientes cadastrados na plataforma. Os dados vazados incluíam informações como nome, CPF, endereço, número de cartão de crédito e histórico de compras. A entidade alegou violação dos direitos dos consumidores e pediu, além da indenização coletiva, medidas preventivas para evitar novos vazamentos.

Tendo em vista essa situação e o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

A A LGPD restringe a responsabilização da sociedade empresarial aos casos em que ficar comprovada a intenção de causar dano, sendo necessário demonstrar a existência de dolo para a reparação coletiva ser cabível.

B A atuação da entidade de defesa do consumidor por meio de ação civil pública é inadequada nesse caso, uma vez que a legislação exige tratamento individualizado para pedidos de indenização decorrentes de vazamentos.

C A ação civil pública ajuizada pela entidade de defesa do consumidor é cabível e fundamenta-se na responsabilidade objetiva da sociedade empresarial, podendo resultar na imposição de medidas reparatórias e preventivas.

D A responsabilização coletiva é admitida por meio de ação civil pública se os consumidores demonstrarem prejuízo financeiro direto, o que limita a atuação de entidades em ações coletivas, mesmo havendo violação de dados pessoais.

R22022025 - 22_Direito.indb 20 09/10/2025 10:48:21

QUESTÃO 26

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) determinou, em março de 2025, que o Estado brasileiro é responsável por violações dos direitos humanos ocorridas em 171 comunidades quilombolas, localizadas no município de Alcântara (MA), em um processo de desapropriação de terrenos na década de 1980. A CIDH constatou que o Estado violou os direitos à propriedade coletiva e à livre circulação e residência por: (i) não cumprir sua obrigação de delimitar, demarcar, titular e desintruir o território das comunidades quilombolas de Alcântara; (ii) conceder títulos individuais de propriedade em vez de reconhecer a propriedade coletiva em favor da comunidade; e (iii) não cumprir seu dever de garantir o pleno uso e gozo do território coletivo por parte das comunidades. A CIDH também declarou a responsabilidade do Estado por não cumprir sua obrigação de realizar uma consulta livre, prévia e informada às comunidades sobre medidas que iriam impactá-las.

Disponível em: https:// www.gov.br/mdh/pt-br/. Acesso em: 12 jul. 2025 (adaptado).

Considerando o exposto, assinale a opção correta a respeito dos efeitos da aplicação da referida decisão da CIDH no Brasil.

A A decisão da CIDH representa a responsabilização internacional do país por violação dos direitos humanos, com efeitos legais obrigatórios no plano interno.

B A decisão da CIDH obriga o país a modificar, independentemente de processo legislativo, sua legislação interna, para garantir a proteção das comunidades quilombolas.

C A decisão da CIDH expõe indevidamente o país no plano jurídico internacional, afetando a soberania do Estado brasileiro não signatário de convenções internacionais dessa natureza.

D A decisão da CIDH extrapolou seu papel, uma vez que se trata de uma instância consultiva, sem caráter vinculante aos Estados-Membros, tornando nula a condenação do Brasil perante a corte internacional.

QUESTÃO 27

Celina é servidora pública efetiva do município de Anápolis, em Goiás, desde 2007, exercendo cargo de nível superior vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) municipal. Ao longo de sua carreira, sempre exerceu funções públicas com dedicação exclusiva, sem interrupções relevantes em sua contribuição. Seu marido, Antônio, trabalha com carteira assinada desde 2005 em uma empresa privada do ramo logístico, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Recentemente, ambos procuraram orientação jurídica especializada para compreender os impactos da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional n. 103/2019) sobre sua futura aposentadoria.

Considerando essa situação, bem como os princípios e as normas aplicáveis aos regimes previdenciários no Brasil, assinale a opção correta.

A As regras estabelecidas para os regimes de Celina e Antônio permitem a acumulação de proventos com vencimentos de cargo efetivo, tanto se ela vier a exercer outro cargo público quanto se ele ingressar no serviço público.

B As regras estabelecidas para o regime que abrange Antônio são unificadas e estabelecidas pela legislação federal, ao passo que, no caso do regime atinente a Celina, é possível a incidência de normas específicas estabelecidas por leis locais.

C A carência, as regras de cálculo e a idade mínima para aposentadoria do regime de Celina são as mesmas do regime de Antônio, pois ambos estão submetidos às normas da legislação previdenciária federal e integram o mesmo sistema previdenciário nacional.

D A filiação ao regime do qual Celina faz parte é facultativa, enquanto a filiação ao regime de Antônio é obrigatória para servidores públicos, podendo ele migrar para o regime de Celina para aproveitar os benefícios de seu tempo de contribuição, se vier a exercer cargo público.

R22022025 - 22_Direito.indb 21 09/10/2025 10:48:22

QUESTÃO 28

Um cidadão brasileiro foi contratado por uma sociedade empresarial francesa, responsável pela fabricação de peças para aeronaves, para exercer seu trabalho no Brasil. Após um ano de trabalho, ele tomou conhecimento da existência de um programa de bolsas fornecido pelo empregador aos funcionários e candidatou-se a uma vaga. No entanto, sua candidatura foi negada, sob a justificativa de que ele não era cidadão francês e que o referido benefício era exclusivo para trabalhadores dessa nacionalidade, apesar de cumprir todos os outros requisitos formais do programa.

Considerando-se o caso apresentado, é correto afirmar que a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal tem

A estabelecido que as normas definidoras dos direitos fundamentais dotadas de aplicação imediata se limitam aos direitos e às garantias individuais, sem alcançar os direitos trabalhistas.

B acatado a teoria da verticalidade dos direitos fundamentais, podendo o empregador estabelecer tratamentos diferenciados entre os trabalhadores em razão da nacionalidade.

C adotado a teoria da horizontalidade dos direitos fundamentais para pessoas físicas e pessoas jurídicas; assim, em virtude do princípio da igualdade, a discriminação realizada pelo empregador é ilícita.

D aceitado a teoria da horizontalidade dos direitos fundamentais para pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público; assim, admite-se que o empregador faça livremente distinção entre os empregados.

QUESTÃO 29

Quando o regime de bens estabelecido na data de um casamento não atender mais aos interesses dos cônjuges, estes poderão fazer sua alteração para adequá-lo às suas necessidades. No caso da união estável, também é possível fazer a alteração desse regime.

À luz da legislação civil vigente acerca desse assunto, é correto afirmar que a alteração do regime de bens

A é possível, tanto no casamento quanto na união estável, mediante requerimento conjunto das partes, desde que observados os direitos de terceiros, sendo admitida, em ambos os casos, a formalização extrajudicial quando houver consenso e inexistirem impedimentos legais.

B exige, no caso do casamento, que o pedido seja justificado e feito por ambos os cônjuges, preservados os direitos de terceiros, ao passo que, no caso da união estável, é suficiente a realização de pedido justificado por apenas um dos companheiros, ressalvando-se os direitos de terceiros.

C requer, tanto no caso do casamento quanto no da união estável, autorização judicial por meio da realização de pedido justificado por ambos os cônjuges ou companheiros, sendo necessário verificar a motivação apresentada e preservar os direitos de terceiros, o que está previsto no Código Civil.

D deve ser feita judicialmente no caso do casamento, mas, na união estável, é admitida diretamente perante o registro civil das pessoas naturais, desde que o requerimento tenha sido formalizado pelos companheiros pessoalmente perante o registrador ou mediante procuração por instrumento público, ressalvando-se os direitos de terceiros.

Área livre

QUESTÃO 30

Nos últimos anos, a crescente modalidade de prestação de serviços de transporte e de entrega por meio de aplicativos tem gerado intensos debates jurídicos sobre a natureza da relação entre os trabalhadores e as plataformas digitais. Em decisões distintas, tribunais brasileiros reconheceram ora a existência de vínculo empregatício, ora a autonomia contratual dos prestadores de serviço.

Considerando a adoção da tese de vínculo empregatício nesse debate jurídico, assinale a opção correta.

A A existência de vínculo empregatício implica a exclusividade de prestação de serviços à plataforma, o que veda a atuação do trabalhador em outras empresas.

B A configuração do vínculo empregatício depende da existência de acordo prévio, entre o trabalhador e a plataforma, sobre o horário de cumprimento da jornada de trabalho.

C O reconhecimento de vínculo empregatício pressupõe formas de controle, diretas ou indiretas, sobre o prestador de serviço, independentemente do local de realização da atividade.

D O reconhecimento de vínculo empregatício depende da contribuição do trabalhador como microempreendedor individual (MEI), a fim de se garantir a regularidade da relação contratual.

QUESTÃO 31

Quase 84 milhões de processos em tramitação, distribuídos por 91 tribunais (mais de 80% na justiça estadual), passam pelas mãos de 18 mil juízes e 275 mil servidores brasileiros para serem solucionados. Trata-se de um índice de judicialização que não para de crescer e que chegou, em 2023, a 35 milhões de novos casos, o que representa um aumento de quase 9,5% em relação ao ano anterior.

Disponível em: https://www.cnj.jus.br/justica-em-numeros-2024-barroso-destaca-aumento-de-95-em-novos-processos/. Acesso em: 25 maio 2025 (adaptado).

Na tentativa de racionalizar a prestação jurisdicional, o Código de Processo Civil de 2015 instituiu o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) como técnica de julgamento para assegurar a isonomia e a segurança jurídica, o qual pode ser aplicado a centenas de processos que discutem a mesma controvérsia jurídica.

A respeito desse assunto, assinale a opção correta, com base no ordenamento jurídico brasileiro.

A Decisão proferida no IRDR tem força persuasiva, por isso não vincula os órgãos jurisdicionais do tribunal, nem o juízo de primeiro grau, em razão do princípio da independência funcional dos magistrados.

B Tese firmada no IRDR possui eficácia vinculante interna no tribunal que a proferiu, não se estendendo aos juízos de primeiro grau, salvo se houver expressa decisão nesse sentido no acórdão que julga o incidente.

C Teor decisório obtido no julgamento do IRDR afeta os processos em tramitação no tribunal em que o incidente foi decidido, sem apresentar eficácia vinculante sobre futuros processos ou sobre outros órgãos jurisdicionais, em observância ao princípio do livre convencimento motivado dos magistrados.

D Julgamento do IRDR gera precedente obrigatório no âmbito do respectivo tribunal, estendendo-se aos órgãos de primeiro grau e aos juizados especiais, sendo possível seu afastamento mediante decisão que contenha fundamentação robusta que demonstre sua inconstitucionalidade, distinção ou superação.

R22022025 - 22_Direito.indb 23 09/10/2025 10:48:22

QUESTÃO 32

Um funcionário trabalha em uma sociedade empresarial há vinte anos, tendo exercido sempre o cargo de gerente geral. Entretanto, essa sociedade tem intensificado dinâmicas de trabalho caracterizadas por alta competitividade, metas agressivas de desempenho, redução de garantias trabalhistas e individualização dos riscos. Por essa razão, nos últimos cinco anos, o funcionário tem recebido cada vez mais funções e metas, além de vir apresentando sintomas de exaustão extrema, ansiedade generalizada, insônia, irritabilidade e perda de interesse pelas atividades diárias, o que o levou a ser diagnosticado com síndrome de *burnout*.

Considerando essa situação e a legislação trabalhista e previdenciária, assinale a opção correta.

A A sociedade empresarial poderá ser responsabilizada, inclusive por danos morais, pela ocorrência de *burnout*, diante da demonstração do nexo causal entre a síndrome do funcionário e suas condições laborais.

B O eventual afastamento do funcionário em razão do *burnout* não geraria estabilidade provisória, já que essa proteção legal se limita a acidentes físicos ou doenças listadas nas leis trabalhistas e previdenciárias.

C A sociedade empresarial não possui responsabilidade sobre doenças psíquicas como o *burnout,* pois elas não podem ser consideradas doenças do trabalho, salvo se houver previsão legal expressa nesse sentido.

D O reconhecimento do *burnout* restringe-se ao campo da saúde, sem gerar impactos jurídicos relevantes, pois o ordenamento jurídico brasileiro ainda não contempla essa síndrome como causa de afastamento laboral.

QUESTÃO 33

Considere as seguintes situações:

- **Situação 1** — Um marceneiro, que atua sozinho, decidiu formalizar seu trabalho. Ele não pretende contratar empregados no momento, e seu faturamento anual esperado é de, no máximo, R$ 70 000. Ele busca a forma mais simples e menos burocrática possível para emitir notas fiscais e contribuir para sua aposentadoria.
- **Situação 2** — Uma engenheira abriu, com seu colega de faculdade, uma consultoria de projetos de engenharia. Eles preveem um faturamento inicial de R$ 200 000 por ano e pretendem contratar uma secretária em breve. Além disso, estão muito preocupados com a proteção de seus patrimônios pessoais contra possíveis riscos ou dívidas da sociedade.

Tendo em vista as formas jurídicas societárias, o regime jurídico do microempreendedor (MEI) e os perfis e objetivos de cada indivíduo nos casos apresentados, o mais adequado nas situações 1 e 2, respectivamente, é a adoção de

A MEI, por apresentar responsabilidade limitada e proteger o patrimônio pessoal do indivíduo; e sociedade limitada, por admitir a contratação de múltiplos empregados, embora apresente burocracia e limite de faturamento.

B sociedade limitada, por oferecer simplicidade na tributação, apesar de possuir limite de faturamento anual restrito; e MEI, por admitir a contratação de múltiplos empregados e garantir a proteção de patrimônios pessoais.

C sociedade limitada, por apresentar burocracia simples, com impostos fixos mensais, e por não possuir limite de faturamento; e MEI, por permitir a participação de sócios, apesar de haver restrição de atividades nesse regime.

D MEI, por oferecer simplicidade na tributação, com impostos fixos mensais e faturamento compatível; e sociedade limitada, por permitir a participação de sócios, ter maior flexibilidade para contratação e oferecer responsabilidade limitada.

R22022025 - 22_Direito.indb 24 09/10/2025 10:48:22

QUESTÃO 34

Atualmente, a legislação brasileira prevê os métodos autocompositivos de resolução de conflitos na esfera cível. Nesse contexto, destacam-se a conciliação e a mediação, ambos métodos com previsão normativa, tanto no Código de Processo Civil quanto na Lei n. 13.140/2015 (Lei de Mediação). Assim, a conciliação e a mediação se tornam muito importantes como ferramentas hábeis para o efetivo acesso à justiça, por proporcionarem meios para a promoção da pacificação social e da prevenção de demandas.

Acerca dos referidos métodos de solução de conflitos na esfera civil brasileira, assinale a opção correta.

A A conciliação é indicada para a solução de conflitos que envolvam um vínculo anterior entre as partes, enquanto a mediação é indicada para casos em que não há relação prévia entre os envolvidos.

B O mediador atua como facilitador do diálogo nos casos em que há vínculo anterior entre as partes, não podendo sugerir soluções, enquanto o conciliador pode intervir com propostas formuladas para os envolvidos.

C A legislação estabelece que o mediador e o conciliador devem adotar uma postura tanto interventiva quanto decisória, podendo indicar soluções aos envolvidos sempre que isso for necessário para a solução do conflito existente.

D O mediador desempenha um papel mais proativo e propositivo em sua intervenção, enquanto o conciliador assume uma postura mais equidistante, sem interferir na negociação e sem sugerir propostas a serem avaliadas pelos envolvidos.

QUESTÃO 35

Nas reclamatórias trabalhistas, a justiça do trabalho brasileira vem recebendo, cada vez mais, pedidos das partes para produzir provas digitais por meio do uso de redes sociais e aplicativos de conversa, além de sistemas de geolocalização. O emprego dessas tecnologias nos processos judiciais levanta uma discussão a respeito do direito constitucional à ampla defesa, com uma possível colisão com os direitos fundamentais à intimidade e à vida privada.

Considerando o ordenamento jurídico brasileiro e o princípio do livre convencimento motivado do juiz, assinale a opção correta.

A As postagens em redes sociais podem ser consideradas provas digitais capazes de afastar a validade de atestado de licença médica em contradição com a situação fática nelas exibida.

B A prova digital obtida mediante sistema de geolocalização que utilize os dados de aparelho celular só pode ser aceita pelo juiz e produzida na reclamatória trabalhista quando for requerida pelo reclamante.

C A prova digital obtida mediante sistema de geolocalização constitui uma prova lícita, podendo, portanto, ser utilizada sem restrição no processo judicial, já que o direito à ampla defesa se sobrepõe a outros direitos.

D As conversas trocadas em aplicativo de conversa podem ser consideradas prova digital válida como meio de demonstração da existência de vínculo empregatício, desde que formalizada posteriormente em ata notarial.

R22022025 - 22_Direito.indb 25 09/10/2025 10:48:22

QUESTÃO 36

Após cumprirem pena por estelionato, João e Maria abriram uma sociedade empresarial de comércio varejista. A sociedade, administrada por ambos, funcionou por um ano e seis meses e, em seguida, sem qualquer comunicação aos órgãos públicos, a sede foi fechada e os sócios não foram mais encontrados. Essa situação resultou na acumulação de dívidas com fornecedores e débitos tributários, os quais o Fisco busca receber.

Considerando essa situação, a interpretação da legislação e da jurisprudência brasileira acerca da classificação e da responsabilidade de sócios nas obrigações tributárias no caso de dissolução irregular da sociedade, assinale a opção correta.

A A pena anterior de estelionato cumprida por João e Maria é irrelevante para a análise da responsabilidade pelos débitos da sociedade empresarial, de modo que as obrigações tributárias permanecem somente sob responsabilidade da pessoa jurídica.

B A dissolução irregular da sociedade empresarial, evidenciada pelo encerramento das atividades no domicílio fiscal sem a devida comunicação, configura uma infração à lei que permite o redirecionamento da execução fiscal para João e Maria, na qualidade de sócios-administradores.

C A simples cessação das atividades no endereço fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, não configura infração à lei que justifique o redirecionamento da execução fiscal para João e Maria, sendo necessária a comprovação de dolo ou fraude na gestão dos administradores e sócios.

D A Fazenda Pública deverá acionar judicialmente a sociedade empresarial para a cobrança dos débitos tributários e depois, caso o patrimônio social seja insuficiente, ingressar com incidente de desconsideração da personalidade jurídica, para responsabilizar João e Maria, sócios-administradores.

QUESTÃO 37

Buscando inovações nos procedimentos de contratações públicas, diante dos avanços tecnológicos e de ajustes na burocracia estatal, a recente Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) trouxe mudanças legislativas significativas para o ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo para o direito administrativo.

Quanto às inovações legislativas referentes a esse tema, é correto afirmar que a Lei em questão

A manteve as modalidades de tomada de preço e convite, visando conferir maior alcance, transparência e economicidade nos processos de licitação e contratos na administração pública.

B passou a considerar o montante de R$ 100 000 como valor de referência para dispensa de licitação na aquisição de bens e serviços, inclusive em contextos de calamidade pública ou emergências.

C estabeleceu a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para cadastro unificado de licitantes, com ampla divulgação aos interessados e registro cadastral obrigatório para acesso a editais e anexos.

D introduziu o diálogo competitivo, modalidade que alcança obras, serviços e compras pela administração pública e busca o diálogo com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos para atender às suas necessidades.

QUESTÃO 38

TEXTO 1

À medida que o número de pessoas deslocadas em todo o mundo devido a eventos relacionados ao clima continua a crescer, as Nações Unidas e seus parceiros estão focados em abordagens regionais para responder à questão dos chamados refugiados do clima — ou refugiados climáticos. A média anual de deslocados por mudanças climáticas entre 2008 e 2016 chegou a 25,3 milhões, de acordo com dados divulgados pelo Conselho Norueguês de Refugiados. Os cinco países que têm a maior proporção de sua população afetada pelos deslocamentos são todos Estados insulares: Cuba, Fiji, Filipinas, Tonga e Sri Lanka.

Disponível em: https:// brasil.un.org/pt-br/. Acesso em: 25 maio 2025.

TEXTO 2

Em 2025, o Brasil sediará a 30ª Conferência das Partes (COP30), que acontecerá em Belém, no Pará. A cidade escolhida oferecerá ao mundo uma plataforma única para debater soluções para a mudança do clima com os pés fincados no coração da Amazônia. Como país anfitrião, o Brasil está comprometido em fortalecer o multilateralismo e a implementação do acordo de Paris.

Disponível em: https://cop-30/pt-br. Acesso em: 25 maio 2025 (adaptado).

Considerando o contexto da realização da 30ª Conferência das Partes (COP30), bem como os danos causados aos refugiados climáticos, que representam um grande desafio para a sociedade internacional, assinale a opção correta.

A Os danos imateriais provocados pelos deslocamentos forçados são juridicamente irrelevantes no contexto do direito internacional ambiental, uma vez que este se limita à proteção de recursos naturais.

B A proteção das terras e dos imóveis é garantida pelas normas internacionais de assistência humanitária, com os danos materiais enfrentados por refugiados climáticos se restringindo à perda de bens móveis.

C A migração forçada por eventos climáticos gera danos materiais, como a perda de habitações, infraestruturas e meios de subsistência, além de danos imateriais, associados à perda de vínculos culturais e de identidade comunitária e ao sofrimento psíquico.

D Os debates sobre migração climática, promovidos pela ONU, concentram-se em soluções de mitigação dos eventos climáticos extremos, sem incluir discussões sobre os direitos das populações deslocadas ou sobre os impactos econômicos e sociais desses deslocamentos.

QUESTÃO 39

O Código de Defesa do Consumidor estabelece uma série de disposições que visam assegurar a proteção dos consumidores em suas relações contratuais, com a possibilidade de revisão em juízo de cláusulas contratuais abusivas, que estabeleçam prestações desproporcionais ou excessivamente onerosas.

Considerando o exposto e a disciplina jurídica que rege os contratos de adesão, assinale a opção correta.

A A inserção de cláusula resolutória é inadmissível, por alterar a natureza de adesão do contrato.

B A inserção de cláusula de arbitragem no formulário contratual altera a natureza de adesão do contrato.

C As cláusulas são estabelecidas de forma unilateral nos contratos de adesão, porém, em casos de abusividade, são nulas de pleno direito.

D As cláusulas são estabelecidas de forma bilateral nos contratos de adesão, com a possibilidade de modificação substancial do seu conteúdo.

R22022025 - 22_Direito.indb 27 09/10/2025 10:48:22

QUESTÃO 40

Determinado operador de estoque que trabalha, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em uma grande rede farmacêutica é submetido diariamente a revistas em sua mochila ao final do expediente. Certo dia, após conferir o estoque e constatar a ausência de um medicamento específico, o gerente dessa rede vasculhou a mochila do referido funcionário e o submeteu a revista íntima. Incomodado com a situação, o funcionário procurou orientação jurídica, questionando a licitude da conduta do gerente.

Considerando-se o disposto no inciso VI do Art. 373-A da CLT, que versa sobre revista íntima, bem como as normas desse diploma legal sobre poder diretivo do empregador e a atual posição adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) acerca do assunto, é correto afirmar que a revista íntima feita pelo gerente nessa situação é

A ilícita, visto que não foi realizada por agentes de segurança, embora não se aplique ao caso a vedação do referido dispositivo da CLT.

B lícita, na medida em que houve a suspeita de furto do medicamento, aplicando-se ao caso o poder diretivo do empregador, conforme a CLT.

C lícita, porque não se aplica a homens a interpretação do referido dispositivo da CLT, conforme o atual entendimento dos tribunais superiores para o caso.

D ilícita, pois, independentemente de contato, violou a dignidade da pessoa humana e a igualdade, devendo ser abrangida pela vedação desse dispositivo da CLT por interpretação extensiva.

QUESTÃO 41

Um engenheiro civil foi contratado como pessoa jurídica para prestar serviços em obras públicas executadas por uma sociedade empresarial. Após três anos de vínculo contínuo e exclusivo, ele foi dispensado pelo tomador de serviços, sem pagamento de qualquer verba. Diante do ocorrido, ele propôs uma ação judicial pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício, verbas trabalhistas e indenização por danos morais em razão de humilhações sofridas durante a vigência do contrato. A sociedade empresarial argumentou que não havia relação de emprego, apenas de prestação de serviços, e que eventuais litígios deveriam ser resolvidos pela justiça comum estadual. Em contrapartida, o engenheiro buscou um acordo, por meio de mediação trabalhista extrajudicial, mas a sociedade empresarial recusou, alegando falta de competência da justiça do trabalho.

Tendo em vista o conflito de competência descrito nessa situação, assinale a opção correta.

A O tribunal de justiça deve resolver o conflito de competência, visto que se trata de matéria de interesse da justiça comum estadual.

B O Supremo Tribunal Federal deve sanar a situação do conflito de competência, pois envolve construção de obras públicas e contrato administrativo.

C A justiça federal tem competência residual, devendo ser provocada sempre que houver divergência entre as esferas da justiça estadual e da justiça do trabalho.

D O Superior Tribunal de Justiça é competente para sanar o referido conflito de competência, por haver divergência entre a justiça comum e a justiça do trabalho.

QUESTÃO 42

A Constituição Federal de 1988 consagra o Brasil como um Estado Democrático de Direito, fundamentado na soberania, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político. O princípio democrático possibilita a participação de todos na vida política do País, e os fundamentos do Estado garantem a legalidade e a legitimidade do poder político e jurídico.

Considerando os fundamentos e princípios do Estado Democrático de Direito brasileiro, assinale a opção correta.

A A democracia direta, sem representação política, é a principal forma de participação do poder popular no Estado Democrático de Direito.

B A supremacia da vontade da maioria sobre os direitos fundamentais das minorias é assegurada pelo Estado Democrático de Direito brasileiro.

C A separação dos Poderes, de forma harmônica e independente, consiste em um mecanismo que visa garantir o equilíbrio e prevenir abusos de autoridade.

D A centralização do poder político no Poder Executivo assegura maior eficiência e estabilidade ao Estado, sendo compatível com os princípios democráticos.

QUESTÃO 43

A região da Caxemira há anos é palco de uma disputa travada entre Índia e Paquistão. Desde a sua independência, os países envolvidos já travaram quatro guerras, nos anos de 1947-48, 1965, 1971-72 e 1999. Em 22 de abril de 2025, ocorreu novo embate, e organizações locais e internacionais denunciaram reiteradas violações de direitos humanos por parte das forças de segurança indianas na região. O Paquistão ressalta a necessidade de internacionalização do território, enquanto a Índia alega que a questão da Caxemira afeta a credibilidade da soberania nacional. Apresenta-se, portanto, um cenário de grande rivalidade com baixas perspectivas de resolução diante da instabilidade vigente na ordem internacional.

De acordo com o direito internacional público, as possíveis medidas de solução pacífica desse conflito

A incluem negociação, mediação, consulta e conciliação, cabendo às partes escolher aqueles que julgarem mais adequados.

B abrangem a interrupção parcial das relações econômicas e dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos e radiofônicos.

C englobam visita do parlamento europeu e mediação, devendo-se empregar negociação e consulta caso tais ações sejam ineficientes, por haver hierarquia entre esses meios.

D devem ser adotadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, por se tratar de conflito de longa duração permeado por iniciativas diplomáticas ineficientes.

Área livre

R22022025 - 22_Direito.indb 29 09/10/2025 10:48:22

QUESTÃO 44

Um jovem que caminhava, portando seu aparelho celular, em local conhecido por área de tráfico foi abordado por policiais durante patrulhamento de rotina. Sem autorização judicial e sem fundamento em qualquer atitude suspeita, os agentes o revistaram e acessaram, sem consentimento, o conteúdo do aparelho, encontrando mensagens com indícios de prática de crime. Com base nesse conteúdo, foi instaurado inquérito policial, a partir do qual o Ministério Público ofereceu denúncia contra o jovem.

*À luz d*os princípios constitucionais, da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos procedimentos legais aplicáveis à prova penal, a estratégia defensiva adequada para o jovem nessa situação é

A sustentar a nulidade da prova obtida por violação à cadeia de custódia, pois o aparelho celular foi acessado antes de ser lavrado auto de apreensão.

B alegar que, devido à ausência de, no mínimo, uma notícia de crime anônima prévia, o acesso ao aparelho celular é abusivo, o que torna ilícita a prova obtida.

C alegar que, ainda que a atuação policial prescinda de suspeita ou autorização em caso de flagrante delito, a prova foi obtida mediante abordagem invasiva, o que a torna ilícita.

D sustentar a nulidade da prova por violação do direito à privacidade e à inviolabilidade de dados, pois não houve fundada suspeita nem autorização judicial para o acesso ao aparelho celular.

QUESTÃO 45

Um servidor público aposentado e proprietário de pequena sociedade empresarial contraiu diversos empréstimos consignados e financiamentos ao longo dos últimos anos. Com o aumento das taxas de juros e a redução de sua renda disponível, passou a não conseguir mais honrar seus compromissos financeiros, o que comprometeu sua subsistência. Ao buscar orientação, foi informado sobre a possibilidade de renegociação judicial de suas dívidas com base no Código de Defesa do Consumidor, especialmente após as alterações promovidas pela Lei n. 14.181/2021 (Lei do Superendividamento).

Tendo em vista essa situação, com base nas normas jurídicas vigentes, assinale a opção correta.

A O consumidor superendividado pode optar pela insolvência civil como primeira medida, sem necessidade de tentativa de conciliação com os seus credores.

B A repactuação judicial das dívidas do servidor pode incluir créditos de natureza alimentar, tributária e trabalhista, desde que seja autorizada pelo juiz competente e aceita pelos credores.

C O Código de Defesa do Consumidor permite que o servidor, como consumidor endividado, apresente proposta de plano de pagamento como repactuação das dívidas, com prazo máximo de cinco anos.

D A Lei do Superendividamento autoriza a revisão das dívidas contraídas pela sociedade empresarial do servidor, pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que se demonstre abalo na capacidade de pagamento do titular.

Área livre

R22022025 - 22_Direito.indb 30 09/10/2025 10:48:22

enade2025

* R 2 2 0 2 2 0 2 5 3 1 *

QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DA PROVA

As questões abaixo visam conhecer sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar. Assinale as alternativas correspondentes a sua opinião nos espaços apropriados do **CARTÃO-RESPOSTA**.

AVALIAÇÃO GLOBAL DA PROVA

QUESTÃO 01

Qual foi o tempo gasto por você para concluir a prova?

A Menos de uma hora.
B Entre uma e duas horas.
C Entre duas e três horas.
D Entre três e quatro horas.
E Quatro horas, e não consegui terminar.

QUESTÃO 02

Em relação ao tempo total de aplicação, você considera que a prova foi

A muito longa.
B longa.
C adequada.
D curta.
E muito curta.

QUESTÃO 03

As informações/instruções fornecidas para a resolução das questões foram suficientes para resolvê-las?

A Sim, até excessivas.
B Sim, em todas elas.
C Sim, na maioria delas.
D Sim, somente em algumas.
E Não, em nenhuma delas.

QUESTÃO 04

Você se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova? Qual?

A Desconhecimento do conteúdo.
B Forma diferente de abordagem do conteúdo.
C Espaço insuficiente para responder às questões.
D Falta de motivação para fazer a prova.
E Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.

QUESTÃO 05

Considerando apenas as questões objetivas da prova, você percebeu que

A não estudou ainda a maioria desses conteúdos.
B estudou alguns desses conteúdos, mas não os aprendeu.
C estudou a maioria desses conteúdos, mas não os aprendeu.
D estudou e aprendeu muitos desses conteúdos.
E estudou e aprendeu todos esses conteúdos.

FORMAÇÃO GERAL

QUESTÃO 06

Qual o grau de dificuldade das questões de Formação Geral?

A Muito Fácil.
B Fácil.
C Médio.
D Difícil.
E Muito difícil.

QUESTÃO 07

Os enunciados das questões de Formação Geral estavam compreensíveis e objetivos?

A Sim, todos.
B Sim, a maioria.
C Apenas cerca da metade.
D Poucos.
E Não, nenhum.

COMPONENTE ESPECÍFICO

QUESTÃO 08

Qual o grau de dificuldade das questões do Componente Específico?

A Muito fácil.
B Fácil.
C Médio.
D Difícil.
E Muito difícil.

QUESTÃO 09

Os enunciados das questões do Componente Específico estavam compreensíveis e objetivos?

A Sim, todos.
B Sim, a maioria.
C Apenas cerca da metade.
D Poucos.
E Não, nenhum.

* R 2 2 0 0 2 2 0 2 5 3 2 *

02

002

Sinaes

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

enade 2025

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

INEP

22

4_CAPA_2201_Direito_REGULAR.indd 32 09/10/2025 11:48:49